

Apontamentos Sobre o Conselho de Desenvolvimento da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau: um olhar sobre o senso de territorialidade

Políticas Públicas e Meio-ambiente

Resumo

O processo de descentralização administrativa do estado de Santa Catarina, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) apresentou, na primeira década do século XXI uma novidade institucional para a administração pública brasileira. Em especial para o próprio estado como panorama histórico de seu desenvolvimento político institucional. Esta política declara a busca de alternativas para o planejamento e administração governamentais, e a transferência de poder da capital para áreas periféricas do estado. Novas arenas foram criadas e o desafio da coordenação do interesse público por meio do que é, e como, pactuado nestes espaços, determinado nexos, recriando cultura ou fortalecendo antigas perspectivas conforma o modo como a experiência é aqui observada. Aborda-se a SDR de Blumenau a partir da percepção de alguns atores, sobre as dinâmicas do seu Conselho de Desenvolvimento Regional. Buscou-se observar a dinâmica política que permite a assimilação de demandas individuais e coletivas e elementos relativos a um senso de regionalidade em construção. O desenvolvimento regional é considerado, não como plano de focalização técnica de uma escala que espacialmente configura demandas e necessidades, mas de apropriação dos atores sobre as mesmas.

Palavras-chave: Governança, Território, Descentralização, Sustentabilidade Política/Administrativa.

1 Introdução

Atualmente as questões regionais vêm ganhando destaque, na medida em que se ampliam a complexidade administrativa e democrática das demandas sociais. A experiência catarinense que propugnou a promoção da descentralização administrativa, por regiões, no governo do estado tem sido estudada e apresenta situações bastante interessantes para se revisitar alguns temas correlatos à dinâmica política dentro de determinada espacialidade. Uma das maneiras de se compreender o espaço habitado é reconhecendo que é possível alcançar o desenvolvimento baseando as ações público-administrativas em modelos regionais capazes de considerar as identidades em curso e em movimento neste processo. Considerou-se a idéia de “senso de regionalidade”, como *locus* expressivo deste contexto político estruturante. Existiria desenvolvimento regional sem senso de regionalidade? Acredita-se que não. Este artigo apresenta uma breve aproximação do fenômeno em curso. O senso de regionalidade na SDR Blumenau, composta pelos municípios de Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luis Alves e Pomerode, é abordada em escala formativa, a partir da dinâmica de governança observada na pactuação estabelecida pela gestão do empilhamento e escalonamento dos interesses, nem sempre comuns e compartilhados, pelos atores envolvidos em um espaço institucional bastante circunscrito, qual seja, o Conselho de Desenvolvimento Regional da SDR Blumenau.

2 METODOLOGIA

Este artigo toma como problema de pesquisa a compreensão de que a proposta de descentralização oferece uma estrutura política e um modelo de gestão calcado num certo grau de participação de segmentos da sociedade. O fenômeno relacional propiciado pela governança, como instância de pactuação, produz contornos que formatam uma territorialidade e esta por sua vez caracteriza o senso de regionalidade. Tem-se, aqui, a pactuação como produtora de um processo político/administrativo capaz de propiciar o senso de regionalidade e este como expressão do desenvolvimento em seu sentido político/administrativo. Neste sentido, este artigo apresenta uma abordagem exploratória sobre o tema, ainda que sua pesquisa incidental, realizada ao longo de 2009, traga outros resultados que serão apresentados em publicações futuras. Abordou-se a governança na percepção dos atores do Conselho da SDR Blumenau tomando-se uma amostra intencional de 10 (dez) conselheiros, sendo 02 (dois) atores de cada um dos 05 (cinco) municípios atuais

participantes ou membros da SDR que levou em consideração os participantes deste processo, desde sua criação, em 2003, até o ano de 2008. Os dados foram coletados por entrevistas semi-estruturadas e uso de gravador. Existe consistência nesta amostra, na medida em que, desde sua criação até agora, pouco se alterou em sua estrutura em termos de conselheiros. As análises primaram pela sistematização das informações coletadas, por meio da análise de conteúdos manifestos ou latentes, norteados pelo objetivo de caracterizar, na percepção de seus atores, elementos do processo de territorialização, no Conselho da SDR de Blumenau, como aspectos do senso de regionalidade em amadurecimento, na determinação de uma arena política voltada ao desenvolvimento regional. Foram preservadas as identidades dos entrevistados, por nomes fictícios e foram promovidos ajustes nos conteúdos dos depoimentos com este propósito, preservando a íntegra das opiniões manifestas.

3 Governança, Território e Regionalidade

O viver em sociedade denota em algum momento uma disposição articulada de pessoas, recursos e espaços com interesses particulares ou coletivos. Essa articulação conduz à pensar o homem como ser organizacional. Naturalmente que este conceito transcende a mera percepção de organização como espaço de produção e comércio, mas de uma organização do ponto de vista social ampliado como expressa Etzioni (1980), reconhecendo a dimensão objetiva/instrumental num dado momento e substantiva em outro:

A nossa sociedade é uma sociedade de organizações. Nascemos em organizações, somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos muitas de nossas horas de lazer a pagar, a jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morremos numa organização, e quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações, o Estado - precisa dar uma licença especial (Etzioni, 1980, p.7).

As organizações se estabelecem em um ambiente institucional, de regras, hábitos, leis e culturas que as suportam, determinando aspecto significativo do que convencionou-se como desenvolvimento social, ou civilizacional, e neste inscreve-se o avanço da própria cidadania. Este ir e vir, transitando o homem por vários ambientes como agente e transformador, delimitador de espaços e territórios (tangíveis e intangíveis), formando alianças e parcerias acomodando interesses e desenvolvendo estratégias para superar fragilidades do processo, caracterizam este movimento como fenômeno relacional e sem dúvida político.

O conceito de governança volta-se a compreensão de fenômenos da política, expressivos na era moderna e contemporaneamente. Quando se fala em governança, o senso de reciprocidade entre atores, estruturas, institucionalidades, enfim, torna-se presente no

campo da análise e no universo propositivo das políticas públicas. Baseado num princípio claro de institucionalidade, este, como todo fenômeno político administrativo reflete a necessidade de buscar uma equação que contemple diversas perspectivas sobre mesmo objeto. Nessa direção, a Comissão Sobre Governança Global reconhece a governança como instância mediadora dessa pactuação com perceptível intencionalidade do seu propósito, e resulta no entendimento de que:

Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 02).

Este conceito revela em primeiro plano a participação de vários atores sociais, cada qual com suas demandas e seus entendimentos que podem ou não estar de acordo, que podem ou não coexistir. Num outro plano de análise, ainda é possível reconhecer que a sobreposição de interesses ou necessidades, de alguma forma é tratada pela institucionalidade que comporta a pactuação. Esta por sua vez, mediante regras, procedimentos e escolhas transforma interesses e limitações de ordens diversas em algo inteligível, concedendo fluidez à administração como processo, ao buscar o entendimento, a facilitação de negociações e o atendimento total ou parcial de interesses. Em estudos pormenorizados, conforme é possível se observar em Álvares, Giacometti e Gusso (2008) cada um destes aspectos podem ser desdobrados e abordados detalhadamente, o que não é propósito deste artigo. Para os autores a governança atende a certos pré-requisitos sistematizados que dão forma e significado ao conceito e isto se caracteriza quando:

A abordagem integrada está presente nos elementos de análise do modelo. Deles fazem parte os conceitos da escola formalista baseada no atendimento dos dispositivos legais dos órgãos reguladores e na aderência à prática dos princípios de *fairness* (lealdade), *compliance* (conformidade), *accountabilities* (prestação de contas) e *disclosure* (transparência). Esses elementos de análise incluem, e privilegiam, os conceitos construtivistas do processo de governança. (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO; 2008, p.xvii).

De um lado, é possível se observar e compreender a governança como aspecto expressivo da vida social e política. Porém, uma perspectiva mais instrumental é possível, como a que Leonardo Valles Bento procura abordar. Para este autor a governança se entende como um fenômeno de características burocráticas, e este por sua vez como agente formalizador da institucionalidade na qual se contextualiza, por fornecer ferramentas administrativas objetivas eficientes. Este tipo de abordagem parece sugerir muito mais a

formulação da governança, dizendo respeito “aos pré-requisitos institucionais para a otimização do desempenho administrativo, isto é, o conjunto de instrumentos técnicos de gestão que assegure a eficiência e a democratização das políticas públicas” (BENTO, 2003, p. 85). Sem pretender denotar superficialidade ao tema, ou uma abordagem reducionista que expresse a incorporação da administração pela governança, neste artigo assume-se o entendimento de um dimensionamento por um lado compreensivo e de outro instrumental, ainda que sem aprofundá-los. Por conseguinte toma-se governança na acepção da Comissão de Governança Global, para efeito aproximativo com a experiência catarinense.

3.1 Território e Territorialidades

Se de um lado as dinâmicas políticas de pactuação e conflitos são expressivas da governança em fluxo, criadora de formatos e fenômenos administrativos e políticos específicos, portanto de identidades e institucionalidades, existe uma conexão bastante plausível entre política e território. Região passa a fazer sentido como expressão desta correlação entre espaço, institucionalidade e poder, que é aqui reconhecida embora seu aprofundamento teórico não seja propósito deste artigo. É possível estabelecer este nexo na medida e que a governança propicia a construção de ambientes intangíveis que fazem materializar e consolidam ou não, políticas, comportamentos e relacionamentos, conferindo-lhes características próprias e indissociáveis em uma dada espacialidade. Portanto algumas observações sobre a relação entre espaço e território são consideradas a seguir. De acordo com Silva (1986, p. 28-29, apud SANTOS, 1994, p. 70-71)

[...] as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento. (...) De todas, a mais geral – e que inclui as outras – é o espaço”

Para Santos (1994), dentre todas estas categorias, espaço, apresenta-se a mais abrangente e que acaba suportando todas as outras. Numa definição mais aprimorada:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para os quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (p. 71, 1994).

Esta reconstrução continuada se dá em função da dinamicidade das relações entre as pessoas e, destas com as coisas, na proporção em que reinventam métodos e práticas inserindo novas tecnologias, na acepção mais ampla do termo. Esta forma de analisar o tema ainda pode se valer da continuação do que descreve o autor: “A espacialização é um momento da

inserção territorial dos processos sociais. O espaço é mais do que isso, pois funciona como um dado do próprio processo social” (SANTOS, 1994, p.73). Assim, definitivamente o espaço é algo que existia antes de nós, já produzia a si mesmo de forma natural e cíclica, continua produzindo a si mesmo dessa mesma forma, mas a partir do homem ou do processo evolutivo tecnológico menos integrativo e harmonioso, resulta numa mistura da intervenção humana (processos sociais) e do seu prosseguir natural. São duas forças que agem de forma desequilibrada, em alguns momentos a atividade humana (mais predominante) mais intensa, acelerando processos naturais, em outros momentos os processos naturais agravando e complexificando as relações como no caso da catástrofe ocorrida em novembro de 2008 em Santa Catarina, sendo que estas duas se entrelaçam e produzem uma nova forma continuamente.

Para Dallabrida, “espaço refere-se à totalidade dos lugares, entendendo lugar como a expressão da dimensão global, produzido na articulação contraditória entre a mundialidade e a especificidade” (DALLABRIDA, 2006, p. 84,). O autor entende o espaço de forma generalista (ou como totalidade) neste momento, assim caracterizado na soma dos lugares, enxergando a regionalidade como produto do todo ou influenciado por ele. E o autor avança em sua caracterização, indicando que “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (DALLABRIDA, 2006, p.84). O autor analisa o espaço como uma produção em conjunto, percebendo-se o resultado na totalidade, indicando que se deve reconhecer o espaço no resultado total, mas que é produzido na particularidade e na relação desta com a totalidade. Por este motivo reconhece como sistemas as relações entre as coisas e das coisas com ação das pessoas, e, nesta ação e relação social, reside a pactuação produtora de cenários e formatos. Fala-se assim, em território, territorialidades e posteriormente em regionalidade.

O espaço como conceito ou, a espacialidade em si, se mostra insuficiente quando tenta refletir maior abrangência. Desta forma o estudo do território e da territorialidade como categoria conceitual permite dar conta não só de questões físicas, mas, sem dúvida e principalmente de questões abstratas da ação humana. Estas questões abstratas as quais nos referimos, resultam do fenômeno relacional social que produz modificações importantes sendo estas, físicas/tangíveis ou abstratas/intangíveis. De todo modo para iniciar a discussão, se reconhece nas palavras de Rogério Haesbaert que: “As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta em diversos outros contextos

sociais” (p.87, 2006). Naturalmente, é impossível tratar de qualquer dimensão de território e de territorialidade, sem que se passe pela concepção de território físico, do espaço físico onde se produz todos os outros tipos de territorialidades derivadas da concepção humana. Assim o autor condiciona a construção de qualquer tipo de territorialidade à mais fundamental delas que é a territorialidade física da terra, como espaço natural. Ao se analisar o território ou a territorialidade numa dimensão intangível, que por si se traduz em questões eminentemente simbólicas, se alcança a concepção do entrelaçamento conceitual da perspectiva da pactuação e da territorialidade assim tratadas. As relações sociais produzem territorialidades, e estas como matéria de realimentação se expressam em ou produzem pactos que por sua vez, novas relações num ciclo interminável modificando suas praticas em função do surgimento de novas variáveis assimiladas durante o processo: “O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico” (BONNEMAISON e CAMBRÉZY citado por HAESBAERT, p.72, 2006). No entendimento do território como elemento intangível, produto da ação humana, percebe-se na caracterização do autor além de uma interdependência dos elementos, pois demonstra que um acaba sendo consequência do outro, a imbricação que envolve o conceituar dos mesmos. Territorialidade portanto é aqui vista como a condensação simbólica, política e concreta capaz de conferir expressividade à uma arena política, à aceitação de um processo ou à delimitação de um conteúdo a uma política ambientando o próprio processo de alocação de recursos, elementos estes, todos objetos de uma dada pactuação espacialmente suportada, mediante práticas e nexos social e espacialmente estabelecidos. Territorialidade, portanto, poderia ser vista como uma instância do processo de desenvolvimento de uma dada sociedade.

Se de um lado a institucionalidade de uma política pública, por seu conteúdo, procedimentos, regras, costumes etc é capaz de expressar o próprio patamar de desenvolvimento vivenciado pelas sociedades, na composição dos interesses pactuados, hegemonizados ou não, de outro é possível se falar em desenvolvimento na observação destes fenômenos, no sentido compreensivo dos mesmos como na sua própria instrumentalidade. Na medida em que historicamente o ser humano buscou e busca o aprimoramento e o crescimento em várias dimensões de sua existência e tratou de construir técnicas para obter o maior proveito possível do que há à sua disposição no planeta, formula as mais diversas tecnologias. Facilita a vida e o acesso a bens e serviços, inclusive as próprias relações humanas traduzidas, em processos educativos e administrativos. Isto, no seu surgimento não

parecia algo ameaçador, uma vez que a produção e o comércio de bens e serviços eram restritos por uma série de motivos. Com a modificação das bases produtivas, bem como da estrutura logística, houve um salto quantitativo na produção e comércio forçando o surgimento de novas alternativas de produtos, forçando para cima também o consumo, impelido na maioria das vezes por necessidades que não exatamente são fundamentais para a sobrevivência humana (Max-Neef, 2006).

O empilhamento de variáveis políticas complexas resulta na definição mais usual do termo desenvolvimento. Na era desenvolvimentista experimentada iniciada nas décadas de 1950 e 60, consolidando-se na década de 1970 do século passado, o termo desenvolvimento dava ênfase em questões econômicas e financeiras, sem aprofundar-se nas questões relativas às sociedades que comportariam tais dinâmicas. Neste plano os desdobramentos experimentados incutiam, acriticamente, uma valoração positiva às mesmas, denotando ao termo desenvolvimento uma ascepção necessariamente positiva. Portanto, desenvolvimento econômico era algo sempre e necessariamente algo bem vindo e bem fazejo, portanto progresso. Por extensão, quanto mais industrializado mais próspero é um país. De qualquer modo, o adensamento e complexificação dos interesses em foco, contribuíram para que o país vivesse duas dezenas de anos em um regime de exceção democrática, aspecto que também não será aqui aprofundado, mas cuja observação sinaliza para aspectos outros, que não os meramente econômicos, como significativos ao se discutir desenvolvimento. Fernando Henrique Cardoso (1995) reconhecendo este processo tece as seguintes considerações:

Na década de 60, talvez o desenvolvimento se identificasse essencialmente com o progresso material, com o crescimento econômico. A análise de suas implicações tinha uma certa simplicidade: admitia-se que era o centro do processo social. Para alguns, o progresso material levaria espontaneamente a melhoria dos padrões sociais. Para outros os “dependentistas”, a relação mais complexa. O jogo político intervinha e, em função das formas das quais se organizava, o crescimento tomava rumos diferenciados, com efeitos também diferenciados na estrutura social (CARDOSO, 1995, p. 150).

Boisier (2006), reconhece que o desenvolvimento como categoria conceitual, sofreu uma transição, e que existe, portanto uma visão antiga e uma mais moderna.

O conceito de desenvolvimento se encontra, no momento, numa fase de transição entre a antiga concepção, que o assimilava à idéia de crescimento econômico e, por conseguinte, a algo objetivo, quantificável e associado à conquistas materiais, e a nova concepção, que o representa como processo e estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais (BOISIER *in* SIEDENBERG, 2006, p.69).

O autor reconhece que num primeiro momento o desenvolvimento tem a ver com um processo de acumulação material, econômica e que pode ser medido de forma objetiva. Esta visão colocava o ser humano como coadjuvante na discussão, refletindo um entendimento mecanicista e desagregador que resulta em distorções sociais agravadas pela própria dinâmica desenvolvimentista.

Hoje, observo dois fenômenos paralelos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento parece um processo fragmentário. Deixa de ter a força fundadora e unificadora que tinha nos anos 60. Isso leva a uma multiplicação conceitual, nem sempre fácil de seguir. Fala-se de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento social, como agora em Copenhague, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento com equidade. Ainda que, nessa tendência, haja risco de se tomar o parcial pelo geral, acredito que ela constitui claramente um ganho. O crescimento da economia passa a ser entendido como elemento de um processo maior, e os elementos que produzem não se traduzem automaticamente em benefícios na área ambiental e social. Aliás, a reflexão sobre o problema ecológico é um dos fatores que desfez a simplicidade da hipótese original. De fato, percebeu-se, mesmo nos países desenvolvidos, que o simples crescimento trazia problemas reais, que colocariam dificuldades para “sustentar” o progresso. Ou, ainda mais precisamente: era fundamental pensar sobre a natureza do desenvolvimento que queremos. De outro lado, as experiências autoritárias na América Latina mostraram também o descompasso entre crescimento e equidade. Os padrões de distribuição de renda se deterioraram em alguns casos. Ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica (CARDOSO, 1995, p. 150-151).

Nesse momento, das evidências observadas em múltiplos estudos apresenta-se um alargamento conceitual, em todas as sociedades.

Nos seus estágios iniciais, o desenvolvimento é também uma liberação de privações materiais, do medo e da dependência (sendo a autoconfiança um conceito ético ligado à autonomia nas tomadas de decisão e não à autarquia). Pode-se, igualmente, ver o desenvolvimento como um processo aberto de criação e preservação da diversidade cultural emergente das diferenças que os contextos naturais e culturais de início apresentam, assim como da potencialidade humana de invenção. A palavra-chave aqui é criatividade – a engenhosidade em transformar os elementos do ambiente (natural e cultural) em recursos úteis (SACHS, 1986, p.54).

Em uma forma um tanto quanto incomum de análise, o Sachs (1986) descreve o desenvolvimento como um estágio em que certas amarras desaparecem permitindo que o sentimento de privação como também de dependência sejam encarados como superados. Isto pressupõe a liberdade em várias dimensões como significado maior de desenvolvimento, a dependência de si mesmo e de seus próprios talentos exercitando vocações naturais e alcançando um padrão superior condicionado pelos seus próprios costumes, normas, valores e crenças.. E Sachs (1986) complementado essa afirmação assinala que: “Longe de ser sinônimo de afluência, o desenvolvimento pode ocorrer em nível de avanço material bem baixo” (SACHS, 1986, p.54). Dessa forma o autor conclui seu pensamento, evidenciando a

natureza subjetiva do desenvolvimento, que segundo sua percepção pode ocorrer mesmo sob inexpressivo avanço material, trazendo à tona questões mais sutilizadas da natureza humana. Depreende-se que, em dado contexto histórico circunscrito pela prevalência dos interesses econômicos, o que houve de positivo assim pode ser visto sob a perspectiva de interesses bastante circunscritos, de atores que neles se expressassem. Quando se busca representar um dimensionamento mais complexo, uma diversidade de interesses passam a denotar a observação de novos atores em cena. Neste sentido é que o fenômeno da governança passa a ser expressivo como categoria interpretativa da realidade, na medida em que a correlação de interesses e atores pode ser expresso por meio deste fenômeno, e as territorialidades, e o senso de regionalidade como expressão das mesmas, toma-se como resultante, produto social estruturante.

4 Considerações Analíticas, Descritivas e Contextuais

As Secretarias Regionais de Desenvolvimento Regional foram instituídas inicialmente pela Lei Complementar Nº 243, de 30 de janeiro de 2003 (SANTA CATARINA, 2003), pelo Governador Luiz Henrique da Silveira. Na primeira fase das regionais foram criadas 29 em todo o estado. Em 2007, a Lei Complementar Nº 381, de 7 de maio (SANTA CATARINA, 2007) promove ajustes e confere o seu formato presente.

O Conselho da SDR de Blumenau, segundo o que descreve a legislação e a formatação desta política administrativa tem de um lado o governo central (Governo do Estado de Santa Catarina) e do outro lado representantes da sociedade civil organizada, como também os representantes políticos municipais. A SDR de Blumenau é constituída por 13 membros, destes 07 (sete) membros natos, o secretário de desenvolvimento regional, prefeitos dos municípios membros e os presidentes das câmaras de vereadores. Os 6 restantes são, 02 representantes membros da sociedade civil organizada (cultural, educacional, político, ambiental, econômico). Estes aqui relacionados têm direito a voto e sua permanência coincide com seus mandatos. Depois tem-se os representantes da secretaria da fazenda, da secretaria de segurança pública, da polícia militar e do corpo de bombeiros (militar), estes sem direito à voto representam mais um parecer técnico e dão suporte às ações e decisões dos conselheiros (ainda que estejam vinculados ao poder do governo do estado). Estes membros do Conselho permanecem nos cargos por nomeação e por no máximo 4 anos. Assim é formado o corpo de conselheiros e membros, que tem a responsabilidade formal de servirem de porta-vozes das demandas dos municípios da região. Esta metodologia se propõe, ainda que formalmente, a horizontalizar a estrutura administrativa e a tornar mais ágil. Não é aqui, objetivo deste

trabalho explorar limitações outras desta experiência, ainda que existam, exceto aquelas suscitadas pelo que se desdobra dos depoimentos, quanto ao senso de regionalidade.

Quando da sua eleição para prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, no mandato de (1997-2000), foi à Alemanha fazer um curso de administração pública e lá conheceu a metodologia da descentralização que já era utilizada naquele país em certas regiões, bem como no norte da Europa em alguns países. A metodologia foi empregada em Joinville servindo de laboratório para a implementação no governo do estado, uma realidade ampliada e incomparavelmente mais complexa, tanto do ponto de vista político quanto de dotação orçamentária e destinação de recursos. Neste sentido é possível perceber a magnitude do processo.

A política de descentralização instituída pelo governo do Estado de Santa Catarina tem como principal mérito conseguir reunir num mesmo ambiente, representantes de várias cidades com interesses e necessidades supostamente comuns, em um ambiente formalmente instituído. O que em escala local conta com inúmeras experiências bem sucedidas, sob aspectos diversos, no Brasil, experimenta em escala estadual uma experiência bastante particular de inovação em escala regional. Não se trata de uma experiência de radicalização da democracia, mas de desconcentração administrativa com compensações sistêmicas bastante interessantes, que trazem resultados sob o ponto de vista do senso de regionalização, alguns dos quais são abordados a seguir. Nas palavras de um dos entrevistados:

Vou te dar um exemplo: trinta seis Conselhos, tendo quatro conselheiros por município, então nós temos duzentos e noventa e três municípios vezes quatro são praticamente mil e duzentos conselheiros no estado inteiro deliberando sobre as ações fiscalizando e preparando o planejamento do estado, então fica muito mais fácil do que simplesmente a secretaria de planejamento lá em Florianópolis fazer o planejamento orçamentário e político de todo o Estado de Santa Catarina, então esse é o grande cerne da questão da descentralização. (GAMA, 2010).

As várias orientações dos conselheiros tornam o ambiente mais plural e diverso que a administração técnica ou mediada por instâncias representativas mais clássicas, mesmo porque os prefeitos e presidentes de Câmara têm acento nato nos Conselhos caracterizando uma instância complementar, por si de governança entre esferas de poder formalmente instituídas. Nestas alternativas existem sempre maiores espaços para a depuração do processo em si, por meio da pluralidade.

O fato de existir a SDR como arena formal para as discussões resulta em ganho para os representantes dos municípios na medida em que não existe mais a necessidade de se

deslocarem à capital para com muito esforço conseguirem contemplar suas demandas. Nas palavras de um dos entrevistados:

Até pouco tempo atrás, até antes da descentralização, quando o município precisava de alguma coisa, tinha que correr para seus deputados, pro outro deputado, pedir quase que de joelhos, pelo amor de Deus, pra alguma coisa que aquela comunidade precisava. Então o deputado vinha como se fosse um Deus, incluía isso, fazia seus contatos políticos com o governador, com os secretários, com outros e conseguia aquele dinheiro, então o deputado era o Deus. Isso se fazia pra permanecer sempre sentado em cima dos votos, é minha opinião, em cima dos votos que elegeram ele (Sr. Alfa, 2010).

Na dinâmica de funcionamento anterior essa relação muitas vezes era recoberta por um forte traço de fisiologismo político. O prisma do interesse político partidário, e outros mais particularistas que definem a própria lógica de escolha dos deputados certamente dificultava o processo e as negociações e obscurecia interesses em comum, que poderiam alimentar um protagonismo regional diferenciado. Interesses comuns são a matéria prima primeira para a noção de comunidade, um senso importante para a democracia em tempos de Globalização e de relações sociais midiaticizadas (WERTHEIN, 2000). Essa relação entrópica parece se atenuar na configuração atual, que traz o secretário do governador para a região contribuindo para requalificar o papel dos representantes legislativos e suas respectivas redes, para colocar na pauta e cronograma de atendimento as necessidades regionais. Estudos que aprofundem impactos possíveis sobre as instituições representativas no estado apresentam-se, nos resultados do estudo, como um campo para contribuições significativas, explorando tanto a tese da requalificação democrática como da possibilidade de novas práticas de clientela emergirem.

A partir da SDR, entretanto, o processo se localiza regionalmente e agora depende da figura do secretário de desenvolvimento regional que assume uma função de articulador das demandas junto ao governo. As regionais, entretanto não tem ainda força ou autonomia para definir livremente as prioridades com seus conselheiros, o que caracteriza desconcentração administrativa mas relativa descentralização. Este ponto reflete, a partir dos objetivos propostos para a política, uma das fragilidades do processo de descentralização que merece atenção, e que já foi objeto de discussão em reuniões da própria secretaria.

Mesmo com estas limitações, há um consenso sobre o avanço institucional que as SDRs representam para a gestão pública em SC, por conseguinte para a democratização e portanto, para o desenvolvimento. Tanto que durante as eleições para governo do estado, em 2010, todas as candidaturas, inclusive as de oposição assumiram a bandeira da manutenção das SDRs. Dentro deste mesmo panorama a SDR de Blumenau vai firmando sua posição de

agente mediador como espaço formal e democrático, onde se manifestam interesses, propostas, necessidades e problemas que de alguma forma acabam por alimentar de informações as instâncias decisórias do governo estadual para o desenvolvimento regional.

As SDRs não são as arenas decisórias fundamentais para o desenvolvimento regional em Santa Catarina. Há atores que defendem que deveriam ser. Entretanto os membros do Conselho reconhecem a SDR de Blumenau como uma arena política complementar, que cumpre um papel importante ao lado das demais secretarias de estado e prefeituras. Este preenchimento institucional, ainda que com relativa autonomia decisória, garante algum corpo, na base, à adjetivação “regional” nos processos de desenvolvimento e influenciando as ações dos governos locais, definindo a importância e diferenciação de prioridades.

O cotidiano dos Conselhos demonstra que, embora ainda exista certa parcimônia em relação a aprovação de algumas matérias, onde determinantes políticos maiores interfiram, temas que notadamente expressam interesses que beneficiam a todos os municípios contam com maior fluidez e tendem à aprovação comum, enquanto interesses de apenas um município ou de marcado particularismo são polemizados e as dificuldades de aprovação dos mesmos são progressivamente maiores.

[...] tem havido complicação na verdade quando se trata de destinação de recursos pra pessoa física, não tem havido um consenso entre os conselheiros, e tem havido discussão nessa situação, então tem muita pessoa física que pede recurso, o camarada que é escritor quer escrever um livro, um músico pra gravar um CD, disso aí tem muito e a turma vai lá..., mas quando ele é amparado por uma entidade, por exemplo, pela ACIB de Blumenau ou aqui de Gaspar ou por um sindicato, quando envolve a coisa comunitariamente, entende, daí é consenso, agora quando é pessoa física realmente tem dificuldade lá. (SR. DELTA, 2010).

É possível reconhecer na composição do Conselho várias perspectivas sobre o mesmo objeto, entretanto, a forma de agir dos conselheiros, ainda que impregnada de sua percepção particular, se desloca para a percepção e avaliação das matérias, refletindo a opinião e de certa forma, a personalidade do todo.

Resulta disso a impressão de que surge um comportamento dos conselheiros condicionado por aquela institucionalidade, mas que acima de tudo reforça o grupo e o espírito de corpo, mesmo em condições de conflito de opiniões. Estes conflitos ou diferenças de opinião enriquecem as discussões ocorridas nas reuniões.

Quando se faz referência ao processo de governança, como foi visto, não é demais assinalar que seu entendimento deve expressar o sentido de pactos existentes na sociedade em sua totalidade ou em segmentos dela, sejam estes organizados ou não. No caso da SDR esta pactuação está condicionada por uma instância de poder formalizado que é o governo do

estado. Ou seja, o Conselho integra as instâncias formais do aparato administrativo e tem papel pré-estabelecido, e como tal deve ser objeto de análises regulares quando o que está em foco é o desenvolvimento regional de SC.

O processo de governança na SDR de Blumenau ocorre em duas vias complementares de ação. A primeira via se caracteriza pelo fato gerador, instituído por regras e preceitos definidos previamente como prerrogativa do poder executivo estadual, ou, na gênese do projeto de descentralização. A outra via é percebida claramente pela conveniência dos membros da SDR e dos representantes dos municípios de abrangência da secretaria. Estes interesses se expressam sob a forma com que os conselheiros negociam e propõem suas hipóteses de desenvolvimento caracterizados em suas demandas, também legitimadas pelo regramento da própria formatação da secretaria. A esta altura se percebe que estas duas vias expressas por pactos de interesse acabam se fundindo, acomodando interesses diversos e buscando uma espécie de equilíbrio dinâmico (entre demandas municipais, sejam eles mais ou menos representativos) que denotam a atual conformação das SDRs em quantidade, abrangência e atribuições.

Ou seja, existe uma adaptação do comportamento dos conselheiros ao formato pré-estabelecido da secretaria, que por sua vez foi concebida para atender os conselheiros e seus respectivos municípios, e disso resulta certamente um alto grau de alinhamento, entre o formato da secretaria e das propostas e interesses negociados. Entretanto as informações de campo revelaram um dos grandes desafios das SDRs. Se de um lado os Conselhos expressam um espaço de interlocução, a qualidade da mesma ainda revela limitações. O que implica em compreender que os atores podem pactuar por escolhas que expressam a opção por alternativas limitadas, todas com problemas sob o ponto de vista do interesse público. A construção de um Hospital no município de Gaspar, mal dimensionado tecnicamente, foi um dos exemplos deste tipo de crítica.

[...] quando se trata de grandes projetos como foi o caso do hospital de Gaspar [...], como foi o caso da vila germânica, como foi.... amanhã na reunião da SDR está indo três milhões e poucos mil reais para o mercado público de Blumenau ali na vila germânica, esses temas, eles fluem com facilidade por que? Porque na reunião passada nós liberamos o teatro lá de Pomerode, esse mês libera o hospital de Gaspar, no outro mês libera tal coisa, mas, o que é o liberar? Liberar é aprovar. Na verdade, existe discussão mais sobre a forma e muito pouco sobre a utilidade. (SR. TETRA, 2010).

[...] o hospital de Gaspar, se fez um hospital lindo, maravilhoso, tudo o que se queria, mas não tem dinheiro para manter ele funcionando, então temos que novamente que ouvir políticos xingando o governador, ou xingando todo mundo porque agora o governador tem, eu não estou defendendo o governador, estou defendendo a síntese da coisa, agora o governo tem a obrigação de manter o hospital que eles fizeram megalomaniacamente, um

elefante branco, agora não tem como sustentar, o governo é culpado. Então, o que eu vejo, o que vai acontecer com o hospital de Gaspar daqui a dez anos, vamos ter que fazer um hospital novo porque aquele vai estar sucateado, porque não vai ter dinheiro para agüentar aquele hospital. (SR. ALFA, 2010).

[...] por exemplo, grande parte das coisas supérfluas, por exemplo, houve uma vez uma discussão muito acalorada provocada por [...] e pelo conselheiro [fulano], e mais alguns outros, que eram justamente sobre uma coisa que nós achávamos um absurdo. o seu [Beltrano] resolveu fazer aquela centopéia e resolveu então pedir dinheiro para o governo pra ir pra Espanha pra ir pra não sei onde, nós tínhamos que pagar avião, nós tínhamos que pagar transporte, eu fui terminante contra. [Fulano], foi terminantemente contra. De qualquer maneira perdemos, perdemos porque havia secretários classe um envolvidos nesse projeto que eles iam junto. Então quem é que estava envolvido nesse projeto que viajavam juntos? Um ou dois secretários de classe um, um dos que mais brigou para conseguir o [...] da CDL e diversos outros, o seu [Beltrano], quer dizer, esta pequena elite vamos dizer assim retrógada de Blumenau, pressiona para levar vantagem por conta do governo em muitas atitudes. (SR. ALFA, 2010).

4.1 Territorialidade e Senso de Regionalidade

É possível perceber a territorialidade expressa em pelo menos quatro categorias:

-Territorialidade física; Territorialidade política; Territorialidade econômica; Territorialidade cultural.

A territorialidade física, em primeiro plano se caracteriza quando se define ou se delimita uma região de abrangência. No caso da SDR de Blumenau, os municípios de Blumenau, Gaspar, Luiz Alves, Ilhota e Pomerode. Certamente esta espacialidade é determinada politicamente pelo conjunto de interesses e projetos das lógicas e interesses envolvidos no relacionamento entre estes municípios. A territorialidade política se estabelece também na constituição de uma arena de discussões políticas supostamente voltadas à região e não a um ou outro município individualmente. Ali se defendem idéias e pontos de vista que por composições distintas teriam outras resultantes.

Quanto à territorialidade econômica, é percebida quando se definem valores para aplicação em determinadas áreas para ampliação das capacidades de desenvolvimento do município face aos demais. Os investimentos em áreas consideradas estratégicas, não só para o município, mas para este, integrado ao todo, significa a preocupação dos dirigentes e membros do Conselho em fomentar as atividades econômicas, bem como a formação e ampliação dos laços de realimentação econômica.

Por fim, a territorialidade cultural, é possível ser reconhecida a partir do momento em que a partir da proposta dos Conselhos, de sua intenção, propiciada pela instância territorial física (municípios envolvidos), pela política, e certamente pela variável econômica. A dimensão cultural em função destas relacionadas resulta como aglutinador, pois, se constrói a

cultura do ente regional, que cresce na medida em que a participação aumenta e quando se percebe que o resultado das discussões tem efetividade.

A territorialidade estabelecida pela política de descentralização na forma dos Conselhos das Secretarias de Desenvolvimento Regional propicia a aproximação dos municípios integrantes do Conselho. Este método ou modelo administrativo pressupõe certo nível de integração e estabelece um formato de relacionamento diferente do que se está acostumado, ou de como usualmente ocorre entre o governo local (municipal) e o governo estadual. Os prefeitos por serem membros natos (conselheiros), acabam adaptando-se a esta lógica e, de certa forma, replicam alguns efeitos dessa relação em sua própria gestão, pois, passa a integrar sua pauta administrativa o cronograma e os movimentos da SDR. Outra questão que chama a atenção é que, os municípios sentem-se parte de um todo (SDR), que lhes oferece um entendimento diferente. Quando o prefeito administra sua cidade isoladamente, ou, de modo não integrado, conduz sua administração e sua perspectiva política de uma forma, quando passam a integrar o Conselho da SDR percebem que a lógica e a dinâmica político/administrativa também se transforma. Agora a administração passa a ter uma implicação diferente e mais complexa, pois, na medida em que o prefeito pensa suas ações de governo, sabe que faz parte de um conjunto. Isto ocorre, não pelo fato do prefeito assimilar a hipótese desse modelo imediatamente, mas pelo simples motivo de que, se ele não pensar as prioridades de seu município de forma integrada, seus projetos e suas demandas correrão o sério risco de não conseguirem amparo e respaldo da SDR na pessoa de seus conselheiros. Isto faz com que a natureza das relações se modifique substancialmente, e, as relações as quais nos referimos são as relações em primeiro plano, do prefeito (município) com o governo estadual, pois necessita menos da figura do deputado estadual como interlocutor de suas políticas e ações.

Por outro lado, reflete também significativa mudança no entendimento de seu próprio município participando de um grupo com interesses similares e necessidades também parecidas, e precisam a partir da nova metodologia reconhecer como seus, problemas que atingem a região como um todo. Este sentimento corporativo propiciado pela participação do município no Conselho da SDR proporciona a integração entre eles. Integração esta que pode ser virtuosa, sob a ótica do interesse público (compreendendo o regional como parte de uma totalidade maior com múltiplas possibilidades reconfigurativas). Mas pode também se degenerar sob novos formatos corporativos que colocam o interesse público em risco. O depoimento abaixo é emblemático de situações que, segundo as pesquisas de campo ocorrem em inúmeras outras SDRs:

As discussões nunca giram em torno de necessidades mesmo porque eu não conheço a sua necessidade. Eu tenho que crer e acreditar que ela é realmente representativa, que ela é uma necessidade real. Então o que eu senti lá é que tudo o que se coloca gira em torno de valores financeiros e acabam aprovando sem outros questionamentos. Eu nunca fui, por exemplo, à Ilhota pra verificar o asfaltamento que eles solicitaram como sendo importante pra vazão do trânsito da região deles e você acaba aprovando da mesma forma que eles aprovaram as nossas necessidades em dois postos de saúde sem saber se o local é apropriado, se ele não é apropriado, se ele é necessário, enfim. Eu acho que existe alguma dificuldade de avaliação dos outros e acaba se formando um grupo que, digamos assim, uma fraternidade, acabam aprovando por conluio, acabam aprovando uns dos outros, afinal de contas, foi em reuniões que eu fui e ninguém aprovou nada, a não ser um processo, um projeto que foi aquele do shopping, não sei se você estava lá, onde a documentação parecia não estar legalizada, mas não que o valor e o objetivo fossem menos importantes. (SR. SENTRA, 2010).

4.2 Governança e o Senso de Regionalidade em Movimento

O padrão de governança estabelecido no Conselho da SDR de Blumenau tem produzido resultados satisfatórios dentro das possibilidades impostas pelo formato, ou limites impostos pela própria natureza do modelo. Significa dizer que a limitação e o grau de autonomia do Conselho é em primeiro plano definido pelo governo do estado que determina as regras de funcionamento e é condicionante fundamental das pactuações que dele derivam. Apesar disso, surgem características não previstas na definição inicial da proposta, ou seja, o Conselho da SDR de Blumenau desenvolve sua própria “personalidade” com singularidades e especificidades definidas pelo comportamento dos próprios atores sociais. Dentro da perspectiva da limitação de autonomia, surgem territorialidades adaptadas (resultado do padrão de pactuação) as condições possíveis que já foram evidenciadas. O importante entretanto, neste momento é o reconhecimento de que forma ocorre o processo de territorialização e seus resultados. Ainda que haja de fato perspectivas diversas sobre o mesmo objeto, e interesses também diversos, ocorre a construção de um tipo de relacionamento (pactuação) que num primeiro momento gera algum tipo de desconforto, exige a participação de vários atores num mesmo lugar e que inicialmente estavam lá para defender apenas seus próprios interesses. Existia também a desconfiança da manutenção de certo caráter hegemônico da maior cidade, que é Blumenau, o que apesar de inicialmente haver algumas diferenças, hoje já se percebe significativa diminuição no estado de alerta das outras cidades quando o assunto é o favorecimento da cidade sede da secretaria. Isto se deu pela iniciativa de alguns conselheiros ao longo do relacionamento que se estabelece.

O que vale reconhecer é que de fato, o estabelecido como regramento do Conselho se reflete na conduta de seus conselheiros e por reflexo, no fluxo e funcionamento da secretaria em sua totalidade. Existem convenções estabelecidas objetivamente e subjetivamente, a

primeira diz respeito as que estão descritas e assinaladas pelo estatuto, ou seja, baseadas em leis amparadas pelo ordenamento jurídico brasileiro que prevê e descreve sua aplicação. E a segunda diz respeito a uma série de regras estabelecidas intrinsecamente, que é como uma “regra de civilidade”, essa leitura é possível pelo comportamento dos conselheiros que tomam alguns cuidados quando estão atuando. Existe um sentido forte de isenção, de respeito à autonomia, e, do mesmo significado e representatividade dos conselheiros. A partir do momento em que estão inseridos naquele contexto, são, e significam exatamente a mesma coisa. É evidente. Na observação dos depoimentos, o crescente respeito dos conselheiros de cidades mais bem preparadas e com maior representatividade política, com os conselheiros de municípios menores e menos organizados politicamente. É possível afirmar a partir desse entendimento, que o padrão de governança estabelecido propicia a territorialização em favor de um determinado senso de regionalidade. Porém evidencia-se também o caráter formativo e que, se pretende-se público e democrático, requer o constante exercício da cidadania. Mesmo que em vários sentidos o Conselho expresse falhas estruturais que limitam sua atuação de forma mais ampliada, e que acabe deixando a desejar em algumas dimensões importantes, ainda assim, faz com que se estabeleçam consistentemente as territorialidades anteriormente assinaladas.

Os conselheiros não percebem que a vinculação partidária de seus membros como aspecto determinante na condução das avaliações dos projetos. O que ocorre é que os conselheiros quando perguntados sobre esta questão, traduzem sua impressão com muita cautela e tentam desviar o olhar do real sentido da pergunta que implica em compreender se existe ou não fisiologismo nas relações dentro do Conselho da SDR ou este, propiciado por esfera política superior. No que diz respeito à condução das reuniões, segundo os conselheiros, existe um forte sentido de isenção. Por outro lado se vê no Conselho uma forte participação governamental, na medida em que existem conselheiros, ainda que sem poder de voto, vinculados ao governo.. , como por exemplo, comandantes de polícia militar, bombeiros. O que não ocorre com outras instâncias da sociedade civil organizada.

Na percepção dos conselheiros, o fato de representar uma entidade de classe, significa, em inúmeras situações, a possibilidade de uma interlocução qualificada com os pares pelo que representam conforme o tema em pauta, podendo ser positivo, sob o prisma do interesse público, ou problemático, a exemplo do que ocorreu na aprovação do controvertido projeto da centopéia.

Se durante anos o fluxo de investimentos em municípios pólos, como Blumenau suplantava as possibilidades dos demais, com a descentralização, ainda que se perceba este

maior favorecimento, já é possível considerar maior atenção das esferas de poder com os municípios que integram a região e que tem menor significado político e econômico. A relação dos municípios menores com a cidade de Blumenau vem se modificando. Blumenau já consegue inserir suas demandas a partir de uma perspectiva regional e isto está ocorrendo gradualmente. O depoimento abaixo demonstra, de um lado, resistências significativas relacionadas a interesses políticos, e de outro uma movimentação de possibilidades que passam a incorporar o elemento regional.

[...]o próprio governador Luiz Henrique num jantar onde discutindo o CIEFE de Blumenau que é o Centro Internacional de Eventos e Feiras que iria ser em Blumenau junto a BR 470, o governador chegou para todos os empresários que estavam ali no jantar e disse assim: bom se em Blumenau tem um entrave quanto à localização junto a BR 470, porque que a gente não coloca em Gaspar que tem uma grande extensão territorial junto a BR 470, afinal de contas nós estamos tratando de vender a marca do vale europeu e se estamos falando de vale europeu, a divisão das cidades são divisões administrativas e não deveriam ser divisões de desenvolvimento regional. Aí houve toda a resistência. Não, se for pra mandar pra Gaspar então nós não queremos, nós queremos em Blumenau. Então ainda há essa cultura da cidade, ainda há a cultura da divisão, dos limites geográficos que na verdade deveriam ser considerados realmente somente limites administrativos [...], mas quando se tratar em Conselho de desenvolvimento regional nós deveríamos pensar que não existe prefeito, existem intendentes e uma região como um todo. Quando o prefeito João Paulo Kleinubing falou ano passado em pedir com que os outros municípios entrassem no município de Blumenau e acessassem os terminais de ônibus e gratuitamente um gasparense, um ilhotense, um indaialense, um pomerodense pudesse acessar a linha de ônibus urbano de Blumenau pra ir à universidade ou ir ao trabalho ou ir ao comércio, ele foi duramente criticado, mas ele estava dando o primeiro passo pra nós transformarmos o transporte coletivo num transporte regional. (SR. ÔMEGA, 2010).

Em outras palavras, este processo não está completo, e é de sua condição, como democrático, que nunca esteja. De toda forma, não só a relação de Blumenau com os outros municípios se alterou significativamente, como também as relações dos outros municípios entre si. Existe um declarado espírito de corpo que segue crescendo. Hoje o entendimento dos municípios que participam da SDR de Blumenau, é de que a coesão traz mais força política, mais autoridade, mais autonomia, mais autoconfiança na disputa política, pois fazem parte de um grupo fortalecido em que todos trabalham por todos e que os problemas e desejos são de todos e não particulares de uma região ou comunidade.

A governança, tema amplamente discutido na atualidade, trazida à tona neste trabalho como categoria ampla, para explorar o cotidiano do Conselho da SDR de Blumenau, parece evidenciar que uma territorialidade dela expressiva, baseada na interlocução em lugar do mero aporte técnico. Seu aprofundamento pode e deve ser problematizado, seja pelo interesse público como por suas decorrências em termos do avanço da cidadania e do

aprofundamento da democracia e do aperfeiçoamento republicano. Mas a política parece ocupar papel de destaque e com ela uma territorialidade muito cara ao avanço democrático. Dessa forma, o resultado obtido pela depuração do aspecto político como fator integrador da regionalidade instituída, apesar do processo político em sua estrutura demonstrar falhas, sob certo ponto de vista importantes a serem analisados futuramente, ele contribui para o amadurecimento das práticas e das relações entre os municípios membros e, estes na sua relação com o poder central, caracterizado na figura do governo do estado e sua estrutura.

5 Referências Bibliográficas

- ÁLVARES, Elsimar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo...[et al]. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BECKER, Dinizar Fermiano et al. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre a eficiência e a democratização**. Barueri: Manole, 2003.
- BOISIER, Sérgio. (2006). Desenvolvimento. In: SIENDENBERG, Dieter R. (org.). **Dicionário do desenvolvimento regional** – Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos**. Revista de Economia Política, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95.
- COMISSÃO Sobre Governança Global. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- DALABRIDA, Roque. Desenvolvimento Regional. In: SIENDENBERG, Dieter R. (org.). **Dicionário do desenvolvimento regional** – Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira. 1980.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: o fim dos territórios a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MAX-NEEF, Manfred A.. **Desarrollo a escala humana :conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones** /Manfred A. Max-Neef ; con colaboraciones de Antonio Elizalde y Martín Hopenhayn. -3.ed. - Barcelona : Nordan-Comunidad, 2006.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTA CATARINA. **Lei Complementar N. 243**, de 30 de janeiro de 2003.
- SANTA CATARINA. **Lei Complementar N. 381**, de 7 de maio de 2007.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia** /Milton Santos; com a colaboração de Denise Elias. -3.ed. - São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas**. São Paulo: Atlas, 2006.
- THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana. **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM SANTA CATARINA**, 2009.

BRASIL.<<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/22.pdf>> acesso em 04 dezembro 2010

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n.2, ago. 2000. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 maio 2010. doi: 10.1590/S0100-19652000000200009.